

CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH
Mestre em Direito Processual pela UFRGS.
Procurador Federal

O DIREITO PROCESSUAL DA IDADE MÉDIA

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, 2006.

47.91/.95"653"
K31d



CATALOGAÇÃO NA FONTE

K31d

Kemmerich, Clóvis Juarez

O Direito Processual da Idade Média. - Clóvis Juarez Kemmerich. - Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2006.

207 p.; 15,5 x 22 cm. ISBN 85-7525-349-2.

1. Processo Civil: Idade Média. 2. Processo Civil: Aspectos Históricos. I. Título.

CDU- 347.91/.95"653" Bibliotecária Responsável: Inês Peterle, CRB-10/631

47.91/.95"653"
K31d



SUMÁRIO

1 Introdução	15
1.1 Apresentação do tema	15
1.2 A abordagem funcionalista	27
1.3 Utilidade das doutrinas de base jusnaturalista	28
1.4 Plano da exposição	31
2 Os antecedentes: os direitos dos povos germânicos	32
2.1 Fontes históricas sobre o direito germânico	32
2.2 Breve delineamento histórico	36
2.2.1 Visigodos	38
2.2.2 Lombardos	38
2.2.3 Francos	39
2.2.4 Anglos e saxões	40
2.2.5 A Igreja cristã	41
3 O poder jurisdicional no direito germânico	42
3.1 Assembléias das aldeias	43
3.2 Jurisdição do rei	44
3.3 Multiplicidade de jurisdições	45
4 As regras procedimentais do direito germânico	49
4.1 A autotutela e a tutela jurisdicional	49
4.2 A assembléia popular	51
4.3 A iniciativa do processo	51
4.4 O desenvolvimento do processo	52
4.5 As provas-julgamentos	57
4.5.1 Testemunhas	58
4.5.2 Juramento	60
4.5.3 Ordálios	63
4.5.4 Duelo	66
5 As funções das regras procedimentais no direito germânico	68
5.1 Ordem e justiça formal	68
5.2 Proteção contra o arbítrio	69
5.3 Realização do direito	70
5.4 Instrumento do poder	71
5.5 Necessidade de novas regras para o processo	71
6 Fontes referentes ao "renascimento" jurídico	73
6.1 O "renascimento"	73

47.91/.95"653"
K31d



6.2 As fontes históricas	75
6.2.1 Fontes do direito romano-canônico	76
6.2.2 Fontes da <i>common law</i> inglesa	84
7. O "renascimento" do direito romano	88
7.1. O direito romano até o final do século XI	88
7.2 Causas e conexões	90
7.3 A escola dos glosadores	91
7.4 O direito comum	97
8 A fundamentação do <i>ordo iudiciarius</i>	102
8.1 Necessidade de fundamentação	103
8.2 Fundamentação teológica	104
9 Regras do <i>ordo iudiciarius</i> na sua primeira fase (1100-1260)	108
9.1 A iniciativa do processo	109
9.2 A petição inicial	112
9.3 A citação do réu	114
9.4 A <i>litiscontestatio</i>	116
9.5 O sistema probatório	117
9.5.1. Meios de prova	119
9.5.2 Ônus da prova	122
9.5.3 Universo da prova	122
9.5.4 valoração da prova	125
9.6 O juízo e a sentença	126
9.7 Os recursos	131
9.8 A execução	135
10 Processo e poder no "renascimento" jurídico	138
10.1 A centralização do poder	138
10.1.1 O imperador	138
10.1.2 Os reis	140
10.1.3 O papa	141
10.2 A posição do príncipe na ordem jurídica medieval	143
10.3 A vulnerabilidade das regras procedimentais	146
10.4 O lugar das regras procedimentais na ordem jurídica	151
11 Limitações processuais ao poder do príncipe (1215-1453)	153
11.1 O <i>due process</i> na Magna Carta	153
11.2 O sistema da prova legal: uma nova fase do <i>ordo iudiciarius</i>	156
11.3 As doutrinas sobre a justiça processual	163
11.4 A redução das formalidades	165

47.91/.95"653"
K31d



12 Conclusões	168
Referências	175
Índice	189

47.91/.95"653"
K31d

